

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Maysa N. de Vasconcellos Costa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná -
Ponta Grossa - Paraná

Talyssa Aparecida Stremel Vieira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta
Grossa - Paraná

Juliana Yuri Kawanishi

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta
Grossa - Paraná

RESUMO: A discussão da desigualdade de gênero perpassa por todo processo histórico da sociedade, sendo eles político, econômico e social. Estas relações sociais de gênero, desde o nascimento, acabam produzindo um trato de dominação e submissão que se acentuam no decorrer da vida. Com isso, a fragilidade feminina avança, em relação aos seus direitos, sua inserção no mercado de trabalho e ao papel que assume socialmente. No envelhecimento as fragilidades acabam se reforçando. Atualmente o Brasil passa por mudanças em relação ao envelhecimento, sofrendo alterações demográficas, sociais, econômicas e de saúde. Por esse motivo, é importante repensar as políticas públicas atuais de atendimento à população idosa e as diferentes interfaces da questão de gênero. Esse artigo tem como objetivo compreender a desigualdade de gênero presente no processo de envelhecimento,

buscando conhecer as transformações que ocorrem na sociedade contemporânea. Para alcançar o objetivo, a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Desigualdade; Envelhecimento.

ABSTRACT: The gender inequality discussion permeates through the whole historical process of society, including political, economic and social aspects. These gendered social relationships produce a treatment of domination and submission since birth that grows accentuated throughout life. With this, women's fragility advances in relation to their rights, their labor market insertion and their social role. And the fragilities end up being increased with the aging. Brazil is currently undergoing demographic, social, economic and health changes affected by aging. For this reason, it is important to reassess the current civil policies of the elderly population care as well as the different interfaces of the gender issue. Through a bibliographical research, this article aims to understand the gender inequality present in the aging process, seeking to know the contemporary society changes.

KEYWORDS: Gender; Inequality; Aging.

1 | INTRODUÇÃO

Em vista das desigualdades relacionadas à questão de gênero e relações de dominação, o presente artigo é de suma importância para alertar a grande relevância no desenvolvimento e efetivação de Políticas Públicas voltadas para a temática, visando à relação de igualdade e compreendendo as transformações que ocorrem na sociedade brasileira contemporânea. Para isso, o presente trabalho tem como objetivo entender a desigualdade de gênero, dando enfoque no processo de envelhecimento.

Considerando a construção do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como referência livros, artigos, revistas, sendo eles online e físicos, que continham conteúdos relacionados à desigualdade de gênero, a mulher frente ao processo de envelhecimento e a inserção das Políticas Públicas em um contexto atual.

A desigualdade de gênero no processo de envelhecimento foi estudada por meio de alguns fatores que se fazem fortemente vigentes com relação ao tema, como a construção do papel social da mulher, a fragilidade no mercado de trabalho, os direitos e a participação política das mulheres, os quais permitem a criação de espaços de convivência e fortalecimentos entre as mesmas, e as Políticas Públicas de atendimento a este segmento.

Em razão das mudanças sociais, demográficas, econômicas e de saúde presentes no cenário brasileiro, é preciso compreender o assunto de forma interligada, entendendo o movimento histórico e a presença das relações de gênero em cada tempo e espaço.

2 | O CONTEXTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ENVELHECIMENTO

As questões acerca do envelhecimento encontram-se em foco na sociedade brasileira e presente em diversos âmbitos. A temática ganha visibilidade a partir das transformações demográficas, onde ocorre uma queda significativa da natalidade juntamente com a redução das taxas de mortalidade dos adultos, acentuando assim o processo de envelhecimento. Para Santin (2010, p. 115)

[...] o envelhecimento aparece entre as preocupações cada vez mais presentes na atualidade. E não é só privilégio das ciências da saúde. A questão do envelhecimento se estende em todos os níveis das ciências humanas, das ciências econômicas, das ciências jurídicas e das políticas sociais.

Historicamente o Brasil passa por mudanças em relação ao envelhecimento. No passado havia um alto índice de natalidade, simultaneamente os sujeitos não chegavam a vivenciar o que hoje consideramos como velhice, visto que acabavam falecendo entre os trinta (30) e quarenta (40) anos de idade, o que nos dias atuais é considerado a fase de plena participação em todas as atividades sociais. Essa

mudança não é exclusiva do Brasil, mas sim do mundo, sendo fortalecido também aos países em desenvolvimento, acarretando impactos em vários setores. Considerando sua emergência foram necessárias alterações na saúde, previdência e assistência social, para que esses indivíduos tivessem qualidade na garantia de acesso a estes serviços, desse modo ampliando a rede de atendimento.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a esperança de vida da população brasileira no início do século XX não passava dos trinta e três (33) ou trinta e quatro (34) anos, atingindo os cinquenta (50) anos na metade deste século e atingindo os setenta e três (73) setenta e quatro (74) anos em 2010 (homens 70 anos e mulheres 76 anos).

O desafio para o mundo, para os países desenvolvidos e em desenvolvimento será garantir um desenvolvimento digno, saudável, com qualidade e que reconheça sua contribuição social e história de vida de cada indivíduo. Pois o que se apresenta hoje são políticas públicas sociais, que evoluíram, pensando no que tínhamos há trinta anos atrás, mas que ainda não disponibilizam serviços de qualidade para a população com idade igual ou superior a sessenta (60) anos. Rotulamos a pessoa idosa adjetivando as incapacidades, a infantilidade e medicalização. Momento de repensar, quem é este sujeito e como as políticas sociais estão preparadas para este atendimento.

As transformações sociais preveem que critérios igualitários sejam avaliados constantemente, com relação aos direitos e a vida em sociedade de cada sexo, considerando que o processo de envelhecimento e de transformações se dá de maneira diferenciada quando o assunto é gênero. A discriminação advinda do gênero acaba por agravar outras desigualdades, desconsiderando as conquistas em diversas áreas. Historicamente o homem possui uma acentuada responsabilidade, tendo o papel de provedor da família, e a mulher a representação de cuidadora, reprodutora, vivenciando a fertilidade e a maternidade imposta a ela sem direito a questionamentos. Assim, a mulher passa a cuidar dos filhos pequenos, tornando-se economicamente dependente de seu companheiro, colocando em xeque sua liberdade e autonomia. De acordo com Figueredo, Monteiro, Nunes e Luz (2006, p. 459)

Essa situação de desigualdades é agravada na terceira idade, pelo desrespeito da sociedade com o idoso, principalmente a mulher idosa, que, desde a infância, adolescência e vida adulta, vive constantemente a ameaça e a efetiva violação da cidadania plena, em diferentes aspectos. Além do mais, uma sociedade brasileira direcionada pelo capital tende a valorizar e respeitar aquelas pessoas consideradas em idade produtiva e reprodutiva, e, neste sentido, a mulher idosa é duplamente penalizada, por ser mulher e por ser idosa.

Diante desse ambiente familiar desigual outra diferença aparece, sendo essa com relação ao mercado de trabalho, pois impõe à mulher a frágil escolha entre a família e a carreira. A frente disso visa-se a emancipação através da busca pela igualdade no âmbito profissional, o qual desencadearia uma proteção social futura

diante do processo de envelhecimento. A Previdência Social se torna um campo de luta pela estabilidade, considerando que por muitos anos a mulheres teve exposta a uma situação de desproteção e vulnerabilidade, favorecendo a desigualdade econômica e política em meio a uma condição de superexploração. Apesar dos desdobramentos, tais marcos não foram totalmente destituídos de nossa sociedade, a exemplo disso podemos citar a diferença salarial entre homens e mulheres, que apesar de possuir a mesma jornada de trabalho, são “recompensados” de forma dispare.

Outra questão é com relação às aposentadorias, que irão desempenhar um papel importante na renda da população idosa, a qual tende a aumentar com o passar do tempo. No entanto, como afirma Camarano, Kanso e Fernandes (2013, p. 21, 22) “Apesar de as mulheres receberem os benefícios por mais tempo do que os homens, estes são sistematicamente de menor valor.” e ainda, “[...] parece que o sistema de seguridade social brasileiro tende a reforçar as desigualdades sociais que os homens experimentaram ao longo de suas vidas e a reduzir as experimentadas pelas mulheres.”

Com relação ao âmbito político, as mulheres seguem travando um processo de lutas históricas em busca de reconhecimento de seu espaço no cenário, obtendo a grande conquista do direito ao voto, que antes era concedida apenas aos homens. Esse espaço passou também por grandes transformações, visto que inicialmente a mulher não tinha a possibilidade de decidir sobre as condições advindas do meio político, ficando a mercê da vontade do homem. Com o passar do tempo, para além do voto, a mulher ocupa cargos de relevância no governo brasileiro, mostrando representação feminina por meio do empoderamento. Por outro lado, deixa em evidência o controle autoritário das relações de poder. Sendo assim, um passo importante foi conquistado, causando a possibilidade de uma projeção sobre o seu futuro, adotando estratégias de governo voltadas para a mulher, exercendo seu direito de livre escolha, reforçando sua igualdade independente de sua idade.

Essas mudanças presentes na sociedade também se relacionam com as novidades do mercado e a cultura, que em cada época destinam produtos e padrões que se mostram superiores e melhores por fazerem parte de uma geração mais recente, indo contra o envelhecimento. Tais normas se tornam uniformizadoras e sem lugar para o que é diferente, excluindo a mulher que se encontra no processo de envelhecimento, pois não se identifica com o que está posto socialmente. As desigualdades também se dão de forma contraditória, pois apesar dos medos e dificuldades encontrados no envelhecimento, tal processo muitas vezes se torna como um momento de libertação feminina, tanto economicamente quanto do papel de mãe e esposa.

Diante desse cenário de transformações foi necessário repensar sobre as novas demandas e assim conseqüentemente sobre as Políticas Públicas voltadas para o atendimento da pessoa idosa, trabalhando na área de garantia de direitos sociais,

buscando a liberdade, igualdade e o acesso as necessidades básicas, procurando diminuir as fragilidades sociais. Segundo Figueredo, Monteiro, Nunes e Luz (2006, p.459)

[...] a partir do conhecimento dos direitos de cidadã, a mulher idosa adquire autoestima e, inclusive, passa a se auto cuidar, preservando sua conquista tanto de cidadã, como de mulher que possui capacidades para enfrentar desafios e conquistar saberes, pondo cada dia mais em prática seus conhecimentos. [...] a mulher idosa teve sua historicidade marcada pelas questões de gênero que sempre submeteram a mulher a uma condição de submissão, imobilizando-a em uma situação anticidadania, fazendo-a passar a vida inteira sem saber reivindicar seus direitos, silenciando e omitindo a violação dos mesmos.

Apesar da política voltada para a pessoa idosa, a procura por atendimento à saúde, educação, lazer, entre outras, em sua grande maioria são feitas por mulheres. A forma como as políticas públicas acabam afetando a vida das mulheres usuárias dos serviços, tem grande relevância e um significado de mudança da realidade e de suas vivências, criando um espaço de socialização com outras mulheres.

Como estamos pensando o envelhecimento, sessenta anos como marco do envelhecimento populacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE (2010), demonstra a proporção de idosos, sendo de 9,1% do total em 1999 para 11,3% em 2009, o que significa hoje a existência de mais de 22 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a sessenta (60) anos de idade.

O crescimento da expectativa de vida atual é impressionante e revelador, pois entre os anos de 1997 a 2007 (dez anos) a população brasileira entre sessenta(60) e sessenta e nove(69) anos apresentou uma evolução relativa de 21,6%, e na faixa etária de oitenta(80) anos ou mais teve um aumento de 47,8%, atingindo quase 65% em algumas localidades (IBGE, 2010).

Segundo uma pesquisa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI (2016) do município de Ponta Grossa – PR, sobre o uso do transporte coletivo com um recorte da população idosa entre sessenta (60) a sessenta e quatro (64) anos, revela que no ano de 1996 haviam 2.996 do sexo masculino e 3.795 do sexo feminino. Já em 2007, 4.208 eram idosos do sexo masculino e 5.374 do sexo feminino, o que representa um crescimento de aproximadamente 41%. Foi realizada uma estimativa que atualmente (2016) esta faixa etária da população (60 a 64 anos) totaliza 13.519.

Importante apresentar, também, alguns dados sociodemográficos brasileiros de acordo com o IBGE no ano de 2010:

1. Aumento do número de pessoas idosas que moram sozinhas – 6,7 milhões, sendo 40% do sexo feminino;
2. O aumento da participação da população idosa na composição da renda total familiar – 53% dos domicílios;
3. Aumento da população em algumas regiões do país: Região Sudeste – 9,4 milhões, no Nordeste – 5,1 milhões;

4. População residente na área urbana – 17 milhões e na zona Rural – 3,4 milhões;
5. Diminuição da população em situação de pobreza – 2,5 milhões (12,2% da população com rendimento médio mensal de meio salário mínimo reside na zona rural da região nordeste).

A partir dos dados apresentados, percebemos que com a diminuição das taxas de natalidade, a população vai envelhecendo aos poucos, e que é preciso entender a representatividade da mulher idosa nas informações. De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE e outros órgãos de pesquisa, o número de idosos deverá aumentar. Por volta do ano de 2050, haverá, no Brasil, setenta e três (73) idosos para cada cem (100) crianças.

Segundo as projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) indicam que uma em cada nove (9) pessoas no mundo tem sessenta (60) anos ou mais. O estudo aponta, ainda, que, em 2050, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de quinze (15) anos.

Os dados quantitativos apresentados são importantes, uma vez que estamos tratando da transição demográfica, como se pode observar, esta referência abrange uma parcela da população que construíram e ainda constroem sua trajetória de vida, mas bem diferenciada do ponto de vista subjetivo e social, como viver na cidade ou na zona rural, a questão de gênero, a classe social a que pertence, etnia e o nível educacional.

A política social no Brasil se consolida com a Constituição Federal de 1988, uma Constituição Cidadã, que nos apresenta um sistema de proteção social para os cidadãos brasileiros, quando se concretiza num conjunto de instituições político, jurídicas e administrativas, estabelecendo a mediação entre Estado e sociedade civil, em resposta à questão social, fortalecendo a cidadania.

A política social é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Ressaltamos que entendemos, por força de trabalho todos os indivíduos que só têm a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho. (Machado)

Após a promulgação da Constituição Federal a seguridade social foi instituída, constituindo-se num avanço, mas permanecendo limitado, pois restringe às políticas de previdência social, saúde e assistência social. E ainda, com as políticas neoliberais implantadas na década de 1990, não pode alcançar seus avanços. Sendo assim importante citar o artigo terceiro da Constituição Federal de 1988, que constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, **idade** e quaisquer outras formas de discriminação.

Também vale ressaltar o artigo 203 da CF de 1988, que trata dos objetivos da Assistência Social

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e **à velhice**;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - **a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à** pessoa portadora de deficiência e **ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.**

O sistema de proteção social no Brasil representa o papel do estado na regulação e prevenção dos conflitos entre capital e trabalho. Nesse mesmo momento a implantação e implementação de políticas públicas, de caráter democrático, fazem parte do conjunto de estratégias para o enfrentamento da questão social. A qual expressa um crescimento populacional da pessoa idosa, com suas limitações de saúde e contribuições sociais e econômicas. Este sistema de proteção social perpassa todas as políticas sociais, de saúde, assistência social, educação, previdência social entre outras. Segundo Camarano (2002, p. 6)

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões importantes nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros masculinos [...]. Outra refere-se à elevada proporção de mulheres morando sozinhas, 14% em 1998.

O envelhecimento populacional irá propor uma nova interface de participação, de economia, de relações políticas e sociais, exigindo uma posição da sociedade e do governo a encontrar soluções para as novas demandas. Considerando assim as políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, sociais, de trabalho e emprego, de sustentabilidade e de acessibilidade, tanto para homens como para mulheres, de todas as etnias, orientação sexual e condição social.

Boschetti (2003, p.121), comenta sobre a seguridade social defendida pelo Serviço Social, que busca avanços para além dos dispostos, propõem que sejam incluídos todos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição, para

ampliar o sistema de proteção social e que esteja ajustado às condições econômicas e sociais dos cidadãos brasileiros. É capaz de cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade social, num processo que não se esgota na garantia da cidadania burguesa.

Na trajetória de garantia de um sistema de proteção social nas políticas sociais para a faixa etária da população com idade igual ou superior a sessenta (60) anos o país tem dado respostas com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, na década de 90 quando garante a transferência de renda de um salário mínimo – Benefício de Prestação Continuada (BPC) a população idosa com idade igual ou superior a sessenta e cinco (65) anos que não possuem contribuição prévia à previdência social. E com promulgação da Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Esta PNI dá início aos princípios da organização da gestão das políticas públicas sociais para o atendimento da pessoa idosa, individualmente e coletivamente.

No século XXI temos uma ampliação significativa dos direitos sociais à pessoa idosa com a publicação do Estatuto do Idoso, em 2003, fruto da mobilização e participação social que irá reconhecer o protagonismo dos idosos em todas as esferas. Afim de avançar mais um pouco o Brasil no ano de 2013 se compromete nacionalmente para o Envelhecimento Ativo, quando assina o Decreto Presidencial 8.114, que será coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e com a participação dos ministérios.

Legalmente as políticas sociais encontram-se amparadas para atender as demandas do envelhecimento, mas por outro lado o Estado promove um imaginário de terror à população idosa, quando se retira da responsabilidade pelo desequilíbrio da previdência social, das políticas sociais e de saúde, o tripé da seguridade social, apresentando-o como um problema social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas transformações contemporâneas, percebe-se que a mulher no processo de envelhecimento busca alcançar seu espaço em diversos âmbitos. Com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, sua autonomia muitas vezes se dá após a fase adulta, a qual se constitui como fator importante de igualdade, pois resulta no próprio sustento e nas próprias decisões. Para além da independência, irá possibilitar uma perspectiva á longo prazo visando o envelhecimento, tendo acesso as Políticas Públicas, como a Previdência Social. Sendo necessário promover o fortalecimento da participação das mulheres, incentivando a tomada de escolhas dentro das esferas apresentadas no trabalho, como por exemplo, em sua vida social e familiar.

É preciso considerar os avanços alcançados pelas mulheres em áreas distintas,

porém, compreender ao mesmo tempo que há desafios importantes pela frente, os quais passarão por todas as idades. Para além da desigualdade, os estereótipos de gênero devem ser desconstruídos, dando visibilidade para a mulher como cidadã que detém seus direitos. A educação é a base para que as desigualdades e os estereótipos de gênero sejam reduzidos, aliada a uma intensa participação. Podemos perceber que há muito a construir, a discutir, a avançar sobre o processo de envelhecimento da população, enquanto demanda para as políticas sociais, mas não podemos esquecer que o envelhecimento diz respeito a toda sociedade.

Por meio da construção do artigo, pudemos compreender que apesar das mulheres idosas representarem a maior parte da população em processo de envelhecimento, a dinâmica social, política, de trabalho e as políticas públicas não são voltadas para atender a demanda do segmento, o que acaba tornando um processo vulnerável ainda mais fragilizado e desigual. Sendo assim, é preciso pensar as Políticas Públicas com um olhar crítico e ampliado da realidade, abrangendo não apenas demandas presentes, mas indo além, atendendo as manifestações da questão social à longo prazo.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UNB, 2003. p. 121. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. **Guia de Políticas, Programa e Projetos do Governo Federal para a População Idosa: Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo**. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/1436207288_Guia_de_politicas_publicas_2015.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de outubro 2016. CAMARANO, A. C. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

CAMARANO, A. C.; KANSOS.; FERNANDES, D. **Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1890.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

FIGUEREDO, M. do L. F.; MONTEIRO C. F. de S.; NUNES, B. M. V. T.; LUZ, M. H. B. A. **Educação em saúde e mulheres idosas: promoção de conquistas políticas, sociais e em saúde**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000300014>>. Acesso em: 28 de setembro 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasil, 2010.

KALACHE, A. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000300001>>. Acesso em: 17 de agosto 2016.

MACHADO, EDNÉIA M. **Política e Política Social**. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm. Acesso em 17 de agosto de 2016.

MINAYO, M. C. de S. e COIMBRA, C.E. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011 (3ª edição).

MINAYO, M. C. de S. **Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida Brasileiro**. In: Nós e o Outro: Envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo. Instituto de Saúde, 2011.

PRÁ, J. R. **O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Texto_Unisinos_05.pdf>. Acesso em: 17 de agosto 2016.

SANTIN, S. Anais do Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: da complexidade ao desafio da interdisciplinaridade. **Envelhecimento Humano: ciência, cultura e ética**. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 114-128.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Mulher e trabalho**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho>>. Acesso em: 05 de outubro 2016.

SOARES, C. L. R. **Uma vida para si na velhice feminina: uma abordagem sobre a individualização entre as mulheres idosas**. São Paulo, Sesc, v. 24, n. 56, p. 7-19, mar. 2013.

TEIXEIRA, D. V. **Desigualdade de Gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, jan./jun. 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143